



TCE-SP

Auditor de Controle Externo - Administração

PORTUGUÊS

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	1
Sinônimos e antônimos; sentido próprio e figurado das palavras	7
Pontuação	14
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem ...	17
Concordância verbal e nominal	29
Regência verbal e nominal	36
Colocação pronominal.....	43
Crase	45
Questões	46
Gabarito.....	56

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas. Formação de conceitos. Discriminação de elementos	1
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal	18
Raciocínio matemático (que envolva, dentre outros, conjuntos numéricos - operações, propriedades, problemas envolvendo as quatro operações nas formas fracionária e decimal, razão e proporção, regra de três simples e composta, unidades de medida, porcentagem)	25
Raciocínio sequencial. Orientação espacial e temporal.....	54
Questões	59
Gabarito.....	65

SUMÁRIO



DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Princípios fundamentais	1
Aplicabilidade das normas constitucionais; Normas de eficácia plena, contida e limitada; Normas programáticas	3
Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos	8
Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios	26
Administração Pública: Disposições gerais, servidores públicos	39
Poder executivo: Atribuições e responsabilidades do Chefe do Poder Executivo	49
Poder legislativo: Estrutura; Funcionamento e atribuições; Processo legislativo; Fiscalização contábil, financeira e orçamentária; Comissões parlamentares de inquérito.....	55
Poder judiciário: Disposições gerais; Órgãos do poder judiciário, Organização e competências; Conselho Nacional de Justiça, Composição e competências	72
Funções essenciais à justiça: Ministério Público e Advocacia Pública	93
Questões	101
Gabarito	109

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública: conceitos; elementos.....	1
Direito administrativo: conceito; objeto; fontes	6
Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação; decadência administrativa	12
Agentes públicos: conceito; espécies; cargo, emprego e função pública; provimento; vacância; efetividade, estabilidade e vitaliciedade; remuneração; responsabilidade; direitos e deveres	33
Processo administrativo disciplinar	51
Poderes da administração pública: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso do poder.....	60
Regime jurídico-administrativo: conceito; princípios expressos e implícitos da administração pública	71
Responsabilidade civil do estado: evolução histórica; requisitos para a demonstração da responsabilidade do estado; causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do estado; reparação do dano; direito de regresso	87
Serviços públicos: conceito; elementos constitutivos; formas de prestação e meios de execução; delegação: concessão, permissão e autorização; classificação; princípios .	94

SUMÁRIO



Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.....	113
Controle da administração pública: controle exercido pela administração pública; controle judicial; controle legislativo; controle social.....	119
Legislação: estatuto dos funcionários públicos civis do estado de são paulo (lei estadual nº 10.261/1968).....	129
Lei de improbidade administrativa (lei federal nº 8.429/1992).....	185
Licitações e lei de licitações e contratos (lei federal nº 14.133/2021).....	200
Regime de concessão e permissão de serviços públicos (lei federal nº 8.987/1995)....	274
Processo administrativo no âmbito da administração pública estadual (lei estadual nº 10.177/1998).....	286
Regime das contratações com as organizações sociais (lei federal nº 9.637/1998).....	300
Regime das contratações com as organizações da sociedade civil de interesse público (lei federal nº 9.790/1999).....	305
Lei de responsabilidade fiscal (lei complementar federal nº 101/2000).....	311
Lei de acesso à informação (lei federal nº 12.527/2011).....	338
Lei anticorrupção (lei federal nº 12.846/2013).....	350
Regime das parcerias com as organizações da sociedade civil (lei federal nº 13.019/2014).....	357
Questões.....	383
Gabarito.....	391

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS E ATIVOS

Conceito de projeto de investimento.....	1
Etapas na elaboração de projetos.....	7
Avaliação de ativos.....	11
Abordagens para avaliação.....	17
Métodos de avaliação.....	23
Taxa interna de retorno.....	29
Taxas de desconto.....	33
Elaboração de premissas.....	38
Custo do capital próprio.....	40
Custo médio ponderado de capital.....	44
Prêmio de risco do mercado.....	46
Alavancagem financeira.....	48
Fluxo de caixa; Modelos de fluxos de caixa descontados.....	49
Análise dos demonstrativos financeiros.....	64



Análise de balanços	66
Custos e despesas operacionais.....	68
Depreciação	69
Amortização.....	72
Reinvestimentos	73
Questões	75
Gabarito.....	80

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Regra de três simples e composta.....	1
Proporcionalidades.....	2
Porcentagens	5
Juros simples e compostos. Capitalização e desconto.....	7
Taxas de juros nominal, efetiva, equivalente, real e aparente	13
Planos de amortização de empréstimos e financiamentos: sistema francês (tabela price) sistema de amortização constante (sac). Sistema de amortização misto (sam).....	15
Rendas uniformes e variáveis	21
Cálculo financeiro: custo real e efetivo das operações de financiamento, empréstimo e investimento	27
Avaliação de alternativas de investimento em economia estável e em ambiente inflacionário	29
Avaliação econômica de projetos. Taxas de retorno e taxas internas de retorno	30
Questões	32
Gabarito.....	39

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Funções do Governo: Falhas de mercado e produção de bens públicos; Políticas econômicas governamentais (alocativa, distributiva e estabilizadora); Federalismo Fiscal	1
Orçamento público: conceitos e princípios; Evolução conceitual do orçamento público	5
Orçamento-Programa: fundamentos e técnicas.....	13
Orçamento público no Brasil: Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964.....	14
Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA).....	24
Leis de Créditos Adicionais; Créditos adicionais	37
Emendas parlamentares ao Orçamento.....	39
Plano Plurianual (PPA): estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas.....	42

SUMÁRIO



Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): objetivos, estrutura, base legal e conteúdo, Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho.....	49
Classificações orçamentárias: Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)	56
Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes, segundo o MCASP	66
Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento.....	72
Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública	74
Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento.....	77
Lei Complementar nº 101/2000: princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, destinação de recursos para o setor privado, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.....	84
Restos a pagar; Despesas de Exercícios Anteriores. Regime de adiantamento	85
Questões	94
Gabarito.....	98

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração pública do modelo racional-legal ao paradigma pós burocrático	1
Políticas públicas; o ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação)	6
Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade	8
Planejamento nas organizações públicas; o ciclo do planejamento (análise do ambiente, objetivos estratégicos, missão, visão, valores)	12
Governo eletrônico	14
Transparência da administração pública.....	16
Controle social e cidadania	18
Governabilidade e governança; accountability.....	26
Gestão de pessoas por competências	35
Mudanças institucionais; conselhos, organizações sociais, organização da sociedade civil de interesse público (oscip), agência reguladora, agência executiva, consórcios públicos	41
Gestão por resultados na produção de serviços públicos.....	45
Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo)	48
Princípios de governança pública.....	58

SUMÁRIO



As políticas públicas no estado brasileiro contemporâneo; descentralização e democracia; participação, atores sociais e controle social; gestão local, cidadania e equidade social; corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.....	64
O ciclo do planejamento em organizações (pdca)	67
Referencial estratégico das organizações; análise de ambiente interno e externo; negócio, missão, visão de futuro, valores	69
Ferramentas de análise de ambiente: análise swot, análise de cenários, matriz gut	74
Indicadores de desempenho; tipos de indicadores; variáveis componentes dos indicadores.....	76
Questões	80
Gabarito.....	87

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Definições de Obras e Serviços de Engenharia na Nova Lei de Licitações	1
Diferenciação entre Obras e Serviços, Classificação dos Serviços e Obras	5
Adequação com as Peças de Planejamento Orçamentário	12
Estudo Técnico Preliminar.....	17
Regimes de Execução.....	21
Licenciamento Ambiental.....	27
Desapropriações	33
Matriz de Riscos	38
Contrato de Eficiência	44
Contratação com Remuneração Variável.....	49
Sistema de Registro de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.....	56
Termo de Referência, Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo.....	63
BIM - Building Information Modelling.....	70
Orçamento.....	77
Análise das Propostas de Preços de Obras e Serviços de Engenharia	85
Exigências de Qualificação Técnica.....	92
Visita Técnica	99
Alteração dos Contratos e dos Preços.....	108
Reajuste e Revisão ou Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Obras e Serviços de Engenharia	116
Acompanhamento da Execução Contratual.....	122
Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil; Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Planares; Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo; Resolução Conama nº 307/2002; Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC); Transporte e Destinação de Resíduos, MTR e SIGOR - Módulo Construção Civil.....	129

SUMÁRIO



Recebimento do Objeto do Contrato	142
Garantia Quinquenal	149
Responsabilidade do Projetista	156
Controle de Desempenho das Obras Segundo Normativos Técnicos (segundo Manual de Obras e Serviços de Engenharia do TCESP - Aspectos Técnicos 2024)	159
Questões	167
Gabarito	176

INFORMÁTICA

Ms-office 365: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos ms-office 365	1
Ms-office 365 - word: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto	23
Ms-office 365 - excel: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados	24
Correio eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos	26
Internet: navegação na internet, conceitos de url, links, sites, busca e impressão de páginas	31
Conceito da plataforma microsoft teams e suas funcionalidades integradas, como reuniões online com recursos de videoconferência, agendamento de compromissos e eventos, e chats	37
Conceitos básicos de segurança da informação, abrangendo os princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade	45
Conceitos básicos de inteligência artificial generativa, como ferramenta para otimizar o trabalho	49
Questões	50
Gabarito	56

CONTROLE EXTERNO

Entidades fiscalizadoras superiores (efs): declaração de lima	1
Declaração do México - independência das efs (issai 10)	8
Princípios de transparência e accountability (issai 20)	11
Sistemas de controle na administração pública brasileira (artigos 70 a 74 da constituição federal)	15



Tribunais de contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões.....	17
Tribunal de contas do estado de são paulo: lei orgânica nº 709/1993.....	22
Regimento interno do tcesp (alterado até a resolução nº 17/2024).....	40
Instruções nº 01/2024.....	88
Código de ética do tcesp (resolução nº 08/2021).....	88
Questões.....	95
Gabarito.....	100

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

NBC TSP - do Setor Público: Estrutura Conceitual - estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público; Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG): objetivos e usuários; prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão; a continuidade das entidades do setor público; situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa; Regime de Competência e Regime de Caixa; Características qualitativas da informação: características qualitativas fundamentais; características qualitativas de melhoria; Características da entidade que reporta a informação contábil; Elementos das Demonstrações Contábeis: propósito e definições de ativos e passivos, receitas e despesas; superávit ou déficit do exercício; Reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis: evidenciação, reconhecimento e desreconhecimento; bases de mensuração para ativos e passivo.....	1
Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público: Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei 4320/1964; de acordo com a NBC T SP 11; de acordo com o MCASP.....	47
Plano de Contas aplicado ao Setor Público: Conceito de contas patrimoniais e de resultado; Função e estrutura das contas; Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas.....	54
Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000: Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas; Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição; Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição.....	67
Tópicos especiais da contabilidade aplicada ao setor público: Procedimentos Contábeis Orçamentários (Regime orçamentário e Regime Contábil ou patrimonial (MCASP); Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei 4.320/1964 e MCASP); Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13); Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS); de Informações de Custos no Setor Público: NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público; Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018.....	94
Trabalho de asseguarção (NBC TA Noções Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguarção).....	105
Questões.....	124
Gabarito.....	128

SUMÁRIO



rsos públicos, exames escolares ou qualquer prova que envolva Língua Portuguesa. Dominar essas competências pode ser o diferencial entre uma boa e uma excelente pontuação, especialmente em provas que cobram interpretação textual de forma intensa e minuciosa.

Mas qual é a verdadeira diferença entre compreensão e interpretação? Muitas vezes, esses dois conceitos são tratados como sinônimos, mas possuem diferenças importantes. A compreensão envolve a habilidade de entender o que o texto expressa de maneira clara e direta, ou seja, aquilo que está explícito na superfície das palavras. É a capacidade de captar o significado literal das frases, ideias e argumentos apresentados pelo autor. Já a interpretação vai além: é a habilidade de ler nas entrelinhas, de inferir significados ocultos e de construir sentidos que não estão evidentes no texto, mas que podem ser deduzidos a partir do contexto, dos detalhes e da experiência do leitor.

Desenvolver a habilidade de compreender e interpretar textos é uma tarefa que exige prática e dedicação. Ao longo deste estudo, exploraremos as diferenças entre compreensão e interpretação, os tipos de linguagem que influenciam a interpretação textual e o conceito de intertextualidade, que é quando um texto se relaciona com outro para construir novos significados. Esses conhecimentos são essenciais para uma leitura mais aprofundada e para uma interpretação mais assertiva dos textos que aparecem em provas de concursos e avaliações em geral.

— Diferença entre Compreensão e Interpretação

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a interpretação envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.



A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem dois axiomas fundamentais:

- **Princípio da Não Contradição**: uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- **Princípio do Terceiro Excluído**: toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível.

Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

• Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “*Quando será a prova?*”
- Frases exclamativas: “*Que maravilhoso!*”
- Frases imperativas: “*Desligue a televisão.*”
- Frases sem sentido lógico: “*Esta frase é falsa.*”

• Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “*O Brasil é uma ilha*”



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.



— Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas* romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejam alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

– **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispões expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispendo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.



O que é um projeto de investimento?

Um projeto de investimento é um conjunto estruturado de ações e recursos destinados à realização de um empreendimento econômico que busca gerar retorno financeiro ou benefícios socioeconômicos ao longo do tempo. Ele envolve a alocação de capital em ativos físicos (como máquinas, equipamentos e infraestrutura) ou intangíveis (como tecnologia, pesquisa e desenvolvimento).

Diferentemente de um investimento isolado, que pode ser apenas a compra de um ativo financeiro ou um bem de capital, um projeto de investimento exige planejamento, estudo de viabilidade e acompanhamento contínuo para garantir que os objetivos sejam alcançados.

Um projeto de investimento pode ser desenvolvido tanto por empresas privadas quanto por governos, sempre com o propósito de gerar valor. No setor privado, o objetivo principal é o lucro e a sustentabilidade financeira. No setor público, os projetos visam benefícios sociais, como infraestrutura, saúde e educação.

Diferença entre investimento e projeto de investimento

Embora os termos “investimento” e “projeto de investimento” sejam frequentemente usados como sinônimos, há diferenças importantes entre eles:

INVESTIMENTO	PROJETO DE INVESTIMENTO
Pode ser um ato isolado, como comprar ações ou um imóvel.	Envolve um conjunto de decisões e etapas estruturadas.
Não exige necessariamente um planejamento detalhado.	Depende de estudos de viabilidade, planejamento e acompanhamento.
Pode ter retorno de curto, médio ou longo prazo.	Normalmente busca retorno sustentável no médio e longo prazo.
Não necessariamente visa a geração de um negócio.	Tem como objetivo a criação, expansão ou modernização de um empreendimento.

Ou seja, um projeto de investimento é mais amplo e estruturado do que um simples investimento, pois envolve planejamento detalhado e um horizonte temporal mais longo.

Objetivos de um projeto de investimento

O principal objetivo de um projeto de investimento é transformar recursos financeiros em ativos produtivos que gerem retorno econômico ou social. No entanto, dentro desse conceito geral, podemos identificar objetivos mais específicos, como:

- **Geração de lucro:** No setor privado, a finalidade principal é obter retorno financeiro positivo sobre o capital investido.
- **Crescimento e expansão:** Muitas empresas realizam projetos de investimento para aumentar sua capacidade produtiva e alcançar novos mercados.
- **Redução de custos:** Um projeto pode ser voltado para modernização de equipamentos e processos, tornando a operação mais eficiente e rentável.
- **Inovação e tecnologia:** Projetos de investimento também podem estar relacionados ao desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos produtivos.
- **Impacto social e infraestrutura:** No setor público, os projetos de investimento buscam melhorar a qualidade de vida da população, como construção de rodovias, hospitais e escolas.

O sucesso de um projeto de investimento depende de um estudo criterioso de viabilidade e de uma gestão eficiente ao longo do tempo.



A regra de três é uma ferramenta matemática essencial que permite resolver problemas que envolvem a proporcionalidade direta ou inversa entre grandezas. Seja no planejamento de uma receita de cozinha, no cálculo de distâncias em um mapa ou na gestão financeira, a regra de três surge como um método prático para encontrar valores desconhecidos a partir de relações conhecidas.

REGRA DE TRÊS SIMPLES

A regra de três simples é utilizada quando temos duas grandezas diretamente proporcionais ou inversamente proporcionais entre si.

Passos utilizados numa regra de três simples:

1º) Construir uma tabela, agrupando as grandezas da mesma espécie em colunas e mantendo na mesma linha as grandezas de espécies diferentes em correspondência.

2º) Identificar se as grandezas são diretamente ou inversamente proporcionais.

3º) Montar a proporção e resolver a equação.

Um trem, deslocando-se a uma velocidade média de 400Km/h, faz um determinado percurso em 3 horas. Em quanto tempo faria esse mesmo percurso, se a velocidade utilizada fosse de 480km/h?

Solução: montando a tabela:

1) Velocidade (Km/h) Tempo (h)

400	-----	3
480	-----	X

2) Identificação do tipo de relação:

VELOCIDADE		Tempo
400 ↓	-----	3 ↑
480 ↓	-----	X ↑

Obs.: como as setas estão invertidas temos que inverter os números mantendo a primeira coluna e invertendo a segunda coluna ou seja o que está em cima vai para baixo e o que está em baixo na segunda coluna vai para cima

VELOCIDADE		Tempo
400 ↓	-----	3 ↓
480 ↓	-----	X ↓

$$480x = 1200$$

$$X = 25$$



— Falhas de Mercado e Produção de Bens Públicos

- O mercado, em teoria, aloca recursos de forma eficiente por meio da livre concorrência e do mecanismo de preços.
- No entanto, existem situações em que o mercado falha, resultando em ineficiências e prejudicando o bem-estar social.
- Nessas situações, o governo intervém para corrigir as falhas e garantir a provisão adequada de bens e serviços essenciais.

Principais Falhas de Mercado

As falhas de mercado ocorrem quando a alocação de recursos feita pelo setor privado não maximiza o bem-estar social. As principais falhas são:

Externalidades:

São efeitos colaterais das atividades econômicas que afetam terceiros que não estão diretamente envolvidos na transação.

Podem ser negativas ou positivas:

– **Externalidade negativa:** Quando um agente econômico gera custos para a sociedade sem pagar por isso (ex.: poluição do ar gerada por indústrias).

– **Externalidade positiva:** Quando um agente econômico gera benefícios para a sociedade sem ser diretamente remunerado (ex.: vacinação em massa reduz a propagação de doenças).

O governo pode intervir por meio de regulamentações, subsídios e impostos corretivos (ex.: imposto sobre carbono para desestimular a poluição).

Bens Públicos:

São bens que o setor privado não tem incentivos para produzir de forma eficiente.

Características dos bens públicos:

- **Não rivalidade:** O consumo por uma pessoa não reduz a disponibilidade do bem para outra pessoa.
- **Não exclusão:** Não é possível impedir alguém de consumir o bem, mesmo que não pague por ele.

Exemplos de bens públicos:

- Iluminação pública
- Defesa nacional
- Segurança pública
- Saneamento básico (em alguns casos)
- O governo precisa financiar esses bens via impostos, pois o setor privado não os fornece voluntariamente.

Informação Assimétrica:

Ocorre quando uma das partes de uma transação tem mais informações do que a outra, levando a decisões ineficientes.



No Brasil, considerando a trajetória histórica pela qual a gestão das entidades governamentais passaram, a Administração Pública tem evoluído de maneira positiva.

A relevância deste tema reside no contexto global de profundas transformações que a Administração Pública tem experimentado, processo que teve início na década de 70 e engloba diversas correntes de pensamento, formando o que é conhecido como “Nova Gestão Pública” (ou NPM, sigla em inglês para “New Public Management”). Esta transformação também se manifesta no cenário brasileiro. Para compreender a atual gestão pública, é fundamental realizar uma análise retroativa e examinar sua evolução ao longo das décadas.

Nos últimos anos, em todo o mundo, temos observado um debate acalorado - ainda em curso - sobre o papel do Estado na sociedade contemporânea e o nível de intervenção que deve exercer na economia. Na década de 50, o economista Richard Musgrave identificou as três funções clássicas do Estado:

Função Alocativa: fornecer bens e serviços que o mercado não provê de forma adequada.

Função Distributiva: promover ajustes na distribuição de renda.

Função Estabilizadora: evitar grandes oscilações nos níveis de inflação e desemprego.

De fato, entre o período que vai de 1945 (após o término da Segunda Guerra Mundial) e 1973 (ano do primeiro choque do petróleo), a economia mundial experimentou um notável crescimento econômico, sendo este período denominado como a “era dourada”.

Desenvolveu-se a concepção do Estado como provedor de bens e serviços, frequentemente denominado Estado de Bem-Estar Social ou Welfare State. Isso resultou em uma expansão significativa do papel estatal, e, conseqüentemente, um aumento substancial nos custos operacionais da máquina pública.

No entanto, a partir dos anos 70, o ritmo de crescimento da economia global diminuiu, levando o Estado a enfrentar desafios na execução de suas funções, gradualmente perdendo sua capacidade de atender às crescentes demandas sociais. Essa conjuntura, somada a um crescente endividamento público, resultou, principalmente nos anos 80, na chamada crise fiscal do Estado, caracterizada pela perda de capacidade para realizar os investimentos públicos necessários a um novo ciclo de expansão econômica.

Da crise fiscal, passamos à crise de gestão do Estado, uma vez que a percepção dos cidadãos em relação à disponibilidade de serviços públicos deteriorou-se gradualmente. O Estado, à medida que perdia a capacidade de cumprir suas funções básicas, não conseguia acompanhar as crescentes pressões por serviços como saúde, educação, segurança pública, saneamento, entre outros.

Essa crise de gestão levou à tentativa de superar as limitações do modelo de administração anterior, conhecido como “modelo burocrático”, transformando-o em algo novo, que se assemelhasse mais ao modo de gestão do setor privado, conceituado na esfera pública como “modelo gerencial”.

Portanto, a redefinição do próprio papel do Estado emergiu como uma questão de alcance global nos anos 90. No Brasil, essa temática adquiriu uma importância crucial, dada a significativa presença do Estado na economia nacional. A reforma do Estado tornou-se uma preocupação constante, uma vez que o Estado não conseguia mais responder eficazmente ao excesso de demandas, sobretudo no âmbito social.

Em resumo, a Crise do Estado pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos:

1) Uma crise fiscal, evidenciada pela progressiva deterioração das finanças públicas, com o déficit público afetando negativamente os investimentos no setor privado.

2) Uma crise relacionada ao modelo de intervenção estatal na economia, marcando o esgotamento da estratégia de estatização. As empresas estatais já não podiam mais impulsionar o crescimento econômico dos países, e o paradigma do Estado interventor, conforme delineado pela economia Keynesiana, estava rapidamente perdendo sua relevância.

3) Uma crise na forma de administrar o Estado, sinalizando a necessidade de transição da administração pública burocrática para um modelo de administração pública gerencial.



OBRAS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021) trouxe mudanças e definições importantes sobre obras públicas, buscando maior clareza e eficiência nos processos de contratação. Essa atualização substitui a antiga Lei 8.666/1993 e aprimora conceitos fundamentais para a administração pública e os profissionais da engenharia.

Definição Legal de Obra

A Lei 14.133/2021 define obra como toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação realizada por execução direta ou indireta. Esse conceito abrange qualquer intervenção que modifique um espaço ou estrutura, sendo essencial que esteja associada a um projeto técnico prévio.

Alguns aspectos fundamentais da definição de obra na nova lei incluem:

- **Execução direta ou indireta:** A obra pode ser realizada pelo próprio órgão público (administração direta) ou por meio de contratação de terceiros (administração indireta).
- **Intervenção física no ambiente:** A obra precisa envolver alterações estruturais significativas, como construção de prédios, pavimentação de vias e instalação de redes de saneamento.
- **Obrigatoriedade de projeto técnico:** Antes da execução, é necessário um projeto básico e, posteriormente, um projeto executivo, garantindo o planejamento detalhado da obra.

Essa definição amplia a compreensão sobre o que pode ser enquadrado como obra pública, diferenciando-a de outros serviços de engenharia e garantindo maior controle e transparência na execução.

Exemplos de Atividades Consideradas Obras

Dentro da Nova Lei de Licitações, várias atividades se enquadram na definição de obra. Alguns exemplos são:

- **Construção de edificações públicas:** Escolas, hospitais, prédios administrativos e demais estruturas governamentais.
- **Pavimentação e recuperação de vias:** Rodovias, ruas e calçadas, incluindo asfaltamento, recapeamento e drenagem.
- **Infraestrutura de saneamento básico:** Instalação e ampliação de redes de esgoto, distribuição de água potável e estações de tratamento.
- **Projetos de energia e telecomunicações:** Construção de usinas, linhas de transmissão e infraestrutura de redes de comunicação.
- **Obras de contenção e recuperação ambiental:** Barragens, diques, estabilização de encostas e recuperação de áreas degradadas.

Cada uma dessas obras exige um planejamento detalhado e um projeto técnico que contemple aspectos estruturais, financeiros e ambientais.

Diferenças Entre Obras e Reformas

Um ponto relevante na Nova Lei de Licitações é a distinção entre obras e reformas. Embora ambos os termos estejam relacionados a intervenções estruturais, há diferenças essenciais entre eles:



O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

– **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.

– **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.

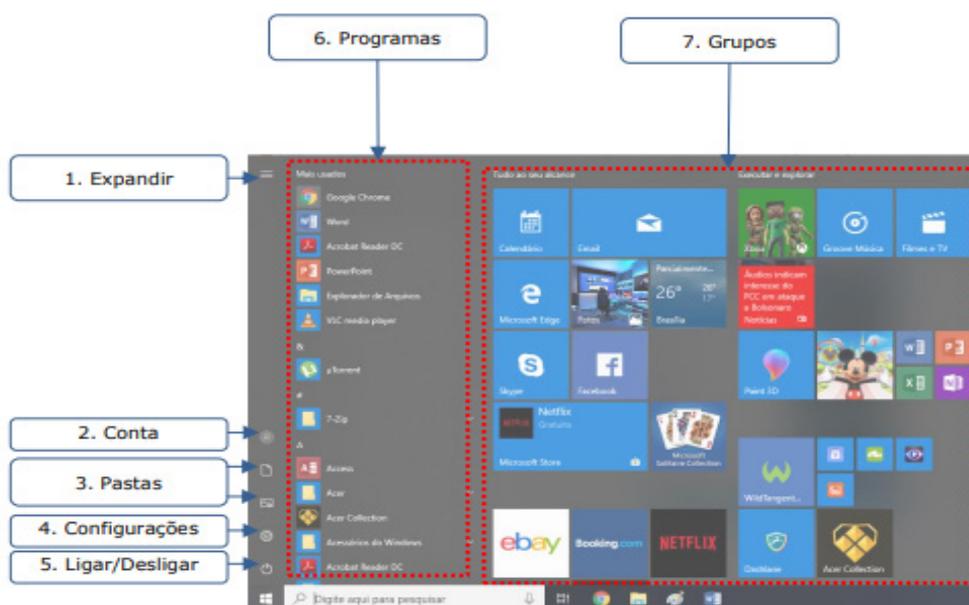
– **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.

– **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar



DECLARAÇÃO DE LIMA

INTRODUÇÃO

Quando a Declaração de Lima sobre Diretrizes para Preceitos de Auditoria foi adotada por aclamação pelos delegados há mais de duas décadas em outubro de 1977, na IX INCOSAI realizada em Lima (Peru), surgiram grandes esperanças, mas não a certeza, de que ela alcançaria sucesso mundial.

As experiências realizadas com a Declaração de Lima desde então superaram até mesmo as mais altas expectativas e confirmaram que elas influenciam decisivamente o desenvolvimento da auditoria governamental no contexto individual de cada país. A Declaração de Lima é igualmente significativa para todas as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) agrupadas na INTOSAI, a despeito de sua região, de seu grau de desenvolvimento, de como estão integradas ao sistema de governo ou de como estão organizadas.

O sucesso da Declaração deve-se, acima de tudo, ao fato de que ela contém uma lista abrangente de todos os objetivos e questões relacionadas à auditoria governamental, sem deixar de ser significativa, concisa, redigida em linguagem clara e com foco em elementos essenciais, o que facilita seu uso.

O principal objetivo da Declaração de Lima é reforçar a necessidade de uma auditoria governamental independente. Uma Entidade Fiscalizadora Superior que não consegue cumprir essa demanda não está apta a cumprir padrão esperado. Não é de se surpreender, portanto, que a questão da independência das Entidades Fiscalizadoras Superiores continue a ser um tema repetidamente discutido na comunidade da INTOSAI. No entanto, as demandas da Declaração de Lima não podem ser satisfeitas simplesmente pelo fato de uma EFS lograr sua independência; essa independência também deve estar ancorada na legislação. Para esse fim, no entanto, é necessário que as instituições responsáveis por garantir a segurança jurídica funcionem adequadamente, e instituições dessa natureza só podem ser encontradas em uma democracia baseada no estado de direito.

O estado de direito e a democracia são, portanto, premissas essenciais para uma auditoria governamental efetivamente independente, além de serem os pilares nos quais a Declaração de Lima se fundamenta. Os preceitos contidos na Declaração são valores atemporais e essenciais cuja relevância permanece inalterada desde que foram adotados pela primeira vez. O fato de que decidiu-se republicar a Declaração mais de 20 anos depois confirma, efetivamente, a qualidade e grande visão de seus autores.

Gostaríamos de estender nossos agradecimentos ao International Journal of Government Auditing por seus esforços para publicar a nova edição da Declaração de Lima, compreendendo a grande importância deste documento fundamental, que com bastante propriedade é considerado a Carta Magna da auditoria governamental. Sabemos atualmente que a Declaração de Lima continuará a ser divulgada no futuro. Viver à altura desses ideais continua sendo uma tarefa permanente para todos nós.

DECLARAÇÃO DE LIMA SOBRE DIRETRIZES PARA PRECEITOS DE AUDITORIA PREÂMBULO

O IX Congresso da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), realizado em Lima:

- Considerando que o uso regular e eficiente de recursos públicos constitui um dos pré-requisitos essenciais para a gestão adequada das finanças públicas e a efetividade¹ das decisões das autoridades responsáveis;
- considerando que, para alcançar esse objetivo, é indispensável que cada país tenha uma Entidade Fiscalizadora Superior cuja independência seja garantida por lei;
- considerando que essas instituições tornaram-se ainda mais necessárias pelo fato de o Estado ter ampliado suas atividades para os setores sociais e econômicos e, portanto, opera além dos limites da estrutura financeira tradicional;



NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016

Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, considerando o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais e que, mediante acordo firmado com a Ifac que autorizou, no Brasil, o CFC como um dos tradutores de suas normas e publicações, outorgando os direitos de realizar tradução, publicação e distribuição das normas internacionais e demais pronunciamentos em formato eletrônico, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea “f” do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), elaborada de acordo com o Pronunciamento intitulado The Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting by Public Sector Entities, emitido pelo International Public Sector Accounting Standards Board da International Federation of Accountants (IPSASB/Ifac):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO

Introdução

1.A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (Estrutura Conceitual) estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) destinados às entidades do setor público. Além disso, tais conceitos são aplicáveis à elaboração e à divulgação formal dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs).

2.O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

3.Os governos geralmente têm amplos poderes, incluindo a capacidade de estabelecer e fazer cumprir requisitos legais e alterar esses requisitos. Globalmente, o setor público varia consideravelmente em suas disposições constitucionais e em suas metodologias de funcionamento. No entanto, a governança no setor público, geralmente, envolve a realização de prestação de contas do Poder Executivo para o Poder Legislativo.